

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR RELATOR CLAUDIO COUTO TERRÃO,
CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS
GERAIS

Ref. Resposta ao ofício n.º 5755/2021

Processo N.º: 1.098.648

Natureza: Denúncia

Denunciante: Douglas de Araújo Moraes

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Campo do Meio

Assunto: O TCEMG, na pessoa do conselheiro relator, Sr. Cláudio Couto Terrão, requisitou, por meio da secretaria da 2ª Câmara, através do ofício 5755/2021, solicitou informações quanto a denúncia 1098648, cujo teor alegado nesta, versa sobre possíveis práticas de condutas consideradas ilegais realizadas pelo Prefeito Municipal e o Pregoeiro.

GILVÂNIO ROCHA DE BRITO, brasileiro, casado, servidor público municipal, inscrito no CPF nº 720.956.366-00, RG M-5.179.894, SSP/MG, neste ato qualificado e denominado **PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** do Município de Campo do Meio - MG, conforme Portaria N.º 91/2021, de 26 de fevereiro de 2021, vem perante Vossa Excelência, consoante o recebimento do ofício n.º 5755/2021, apresentar esclarecimentos acerca dos apontamentos colacionados na inicial e corroborados pela unidade técnica do TCEMG, dentro do prazo estabelecido, a saber, 5 (cinco) dias do recebimento do referido ofício.

Conforme é cediço, trata-se de denúncia com pedido de liminar formulada por Douglas de Araújo Moraes, por meio da qual o denunciante relata supostas irregularidades no Credenciamento, modalidade Inexigibilidade N.º

02/21, que tem como objeto “ Credenciamento de pessoas jurídicas e/ou físicas interessadas em prestar os serviços médicos para realização de consultas médicas em especialidades diversas e atendimento nos postos de saúde do Município”.

Em síntese, o denunciante alega irregularidade na opção pela modalidade credenciamento por inexigibilidade, visto que no presente caso não restou patente a inviabilidade de competição que ensejasse tal modalidade, tendo em vista a existência de número limitado de vagas e a fixação de cadastro de reserva, o que evidencia o caráter competitivo do chamamento.

Alega também que no presente caso restou caracterizada a necessidade permanente e duradoura dos credenciados/interessados na prestação dos serviços, e que o vínculo de subordinação se faz presente em face da fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde.

Por derradeiro, alega o denunciante irregularidades no edital, sob os argumentos de que este fere o princípio do contraditório e ampla defesa ao estabelecer que eventuais recursos que poderiam ter sido interpostos, deveriam ser realizados presencialmente, e em razão de ofensa a Lei de Responsabilidade Fiscal, visto que o edital permite ao gestor municipal realizar despesas de pessoal sem que este valor seja computado no limite de despesas total com pessoal.

Antes de adentrar no mérito e demonstrando a boa fé do gestor Municipal, importante esclarecer que o procedimento de credenciamento encontra-se finalizado e já está na fase de assinatura dos contratos, conforme segue cópia integral em anexo. **(DOC 01)**

Pois bem, conforme se passa a demonstrar, os argumentos esboçados pelo denunciante não se sustentam, visto que no caso específico do Município de Campo do Meio-Mg, a contratação de pessoas jurídicas e/ou físicas para prestarem serviços médicos, através de credenciamento pela modalidade inexigibilidade, salvo melhor juízo, é a medida mais adequada.

Em pese, sobre a ótica da unidade técnica do TCEMG não restar patente no processo de credenciamento a excepcionalidade de contratação de pessoas físicas e/ou jurídicas para prestar serviços médicos no Município, visto tratar-se “modelo de contratação” de outras gestões, **passa-se a demonstrar a realidade fática do Município que ensejou a publicação do credenciamento.**

Primeiramente cumpre esclarecer que não se olvida que as atividades descritas no edital, relativas a serviços médicos, conforme apontado pela equipe técnica, por se caracterizarem como atividades típicas e contínuas da administração pública, em regra, devem ser atribuídas a servidores do quadro permanente de pessoal, conforme expressamente disposto na CF, através do inciso II do art. 37, mediante a realização de concurso público.

Ocorre que esta regra, raras vezes comporta exceções, como é caso de contratações por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme dispõe inciso IX do art.37. Neste caso específico, esta contratação foi regulamentada pela Lei 8.745/93, e tal modalidade até poderia ter sido utilizada pelo Município, visto que o art. 2º da referida legislação considera a assistência a situações de calamidade pública como necessidade temporária de excepcional interesse público, mas condiciona tal contratação à elaboração de processo seletivo simplificado, que é totalmente inviável no meio da pandemia em que estamos vivenciando.

Isto posto, diante da impossibilidade de realização de concurso público, em razão do pouco tempo em que o gestor encontra-se à frente da Prefeitura, aproximadamente 120 (cento e vinte dias) e também em razão da pandemia do COVID-19 que impossibilita a realização de um processo seletivo simplificado, e tendo em vista a ilegalidade da realização de licitação na modalidade pregão para contratação de serviços médicos, visto não tratar-se de serviços comuns, pelo contrário, tratam-se de serviços especializados, a municipalidade de Campo do Meio, necessitando urgentemente da prestação de serviços médicos, no meio de uma

PANDEMIA, lançou mão para contratação destes profissionais por meio do Credenciamento por inexigibilidade.

A municipalidade utilizou o credenciamento por inexigibilidade, tendo em vista que no Município de Campo do Meio-MG a demanda pelos serviços médicos sempre foi maior que a oferta, devido à falta de candidatos interessados a prestar serviços em Municípios pequenos, com pouca estrutura, além de outro empecilho que é o teto remuneratório do prefeito, o que não torna atrativo para os médicos trabalhar nestes Municípios.

Face a esse cenário, para garantir o direito constitucional da saúde, dentro das limitações acima exposta, com base no art. 199, §1 e art. 24 e 26 da lei 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, a participação complementar de entes privados no Sistema Único de Saúde ocorrerá, quando NÃO houver disponibilidade para a cobertura assistencial à população de uma dada área, **a administração viu-se obrigada a terceirizar parte da mão de obra relacionada aos médicos.**

Tal decisão foi tomada tendo em vista que neste caso, diante da falta de interesse dos médicos em prestarem serviços na cidade e tendo em vista a alta demanda dos serviços em prol dos munícipes, haveria a inviabilidade de competição, e o Município contrataria todos os credenciados. **De fato, houve inviabilidade de competição e o Município irá contratar todos os credenciados.**

Nestes casos, quando há a inviabilidade de competição, o TCEMG vem admitindo a contratação, pelos entes públicos, de profissionais para a saúde por meio do instituto de credenciamento, conforme consta no relatório técnico e nas consultas N. 838582, N 491187, N 791229, N 811980 e N 812006, as quais versaram sobre a possibilidade de contratação de médicos por meio de credenciamento, por inexigibilidade de licitação prevista no art. 25 da Lei 8.666/93.

Ora Vossa Excelência, data máxima vênia, conforme discorrido acima, não olvida-se que a regra é o concurso público, mas como o atual gestor irá realizar o concurso público em apenas 4 (meses) de governo, no ápice da pandemia do COVID-19? É praticamente impossível realizar concurso público neste momento, não sendo razoável nem proporcional exigir esta conduta do atual gestor, conforme equipe da unidade técnica em estudo detido sobre o caso, está exigindo.

Exatamente por isso, repisa-se, o credenciamento por inexigibilidade para contratação dos médicos, no presente caso de Campo do Meio-MG, por prazo determinado e sem vínculo empregatício, conforme, respectivamente as cláusulas 6.5.2 e 6.5.6 do certame, é a modalidade mais indicada no presente momento que estamos vivenciando.

Importante esclarecer que não trata-se de contratação de médicos através do credenciamento por inexigibilidade com caráter duradouro, visto que o mesmo terá vigência até 31 de Dezembro de 2021, podendo ser prorrogado por iguais períodos sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses.

Veja que inicialmente o contrato terá o prazo de 8 (oito) meses. Ora Vossa Excelência já estamos a mais de 1 (um) anos atravessando o caos da pandemia do COVID-19, e ainda passaremos, salvo melhor juízo, por pelo menos esse ano todo de 2021 vivenciando momento trágicos de falecimento dos munícipes de Campo do Meio, do Brasil e de todo Mundo. Como não prever a prorrogação deste contrato por iguais períodos, tendo em vista o momento que estamos vivenciando? O fato de prever a prorrogação da contratação não significa dizer que esta irá acontecer até o prazo de 60 (sessenta) meses, estando ciente, o atual gestor, que uma vez normalizando a situação, o interesse e a prioridade é a realização do concurso público, até mesmo para que ocorra a estabilidade neste tipo de prestação de serviços.

Nessa linha de raciocínio, conquanto não haja previsão legal para esse tipo de contratação, o TCU vem construindo, desde 1995, o entendimento jurisprudencial que discriminou o conceito e os requisitos de contratação que seja realizada por meio de credenciamento. O credenciamento é admitido na jurisprudência do TCU, como hipótese de inviabilidade de competição não expressamente mencionada no art. 25 da Lei nº 8.666/93¹. Segundo a Corte de Contas, a ausência de expressa previsão legal do credenciamento dentre os casos de inexigibilidade de licitação previstos na Lei nº 8.666/93 não impede que a Administração lance mão de tal procedimento e efetue a contratação direta entre diversos fornecedores previamente cadastrados que satisfaçam os requisitos estabelecidos pela Administração².

Para tanto, devem ser observados requisitos como³:

- a) contratação de todos os que tiverem interesse e que satisfaçam as condições fixadas pela Administração, não havendo relação de exclusão;**
- b) garantia de igualdade de condições entre todos os interessados hábeis a contratar com a Administração, pelo preço por ela definido;**
- c) demonstração inequívoca de que as necessidades da Administração somente poderão ser atendidas dessa forma.**

Isto posto, adota-se o credenciamento quando a Administração tem por objetivo dispor da maior rede possível de prestadores de serviços. Nessa situação, a inviabilidade de competição não decorre da ausência de possibilidade de competição, mas sim da ausência de interesse da Administração em restringir o número de contratados.

¹ Tribunal de Contas da União. Acórdão 784/2018 - Plenário, Relator Min. Marcos Bemquerer.

² Tribunal de Contas da União. Acórdão 768/2013 - Plenário, Relator Min. Marcos Bemquerer.

³ Tribunal de Contas da União. Acórdão 2504/2017 - Primeira Câmara, Rel. Augusto Sherman.

Os licitantes interessados serão credenciados de modo permanente pela Administração Pública e poderão ser demandados conforme interesse dos entes públicos. Caso não seja possível a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos para que essa demanda seja distribuída entre todos os credenciados, tais como sorteio ou escolha pelo usuário.

Ocorre que no presente caso, ainda que o edital de credenciamento tenha previsto cadastro de reserva, visto tratar-se de modelo de administrações anteriores, o fato é que TODOS OS CREDENCIADOS SERÃO CONTRATADOS pela administração pública atual de Campo do Meio-MG, visto alta demanda dos serviços e pouca oferta das pessoas físicas e/ou jurídicas prestadores dos serviços, tratando este item do edital apenas de um erro formal, **que não tem o condão de inviabilizar a contratação dos prestadores de serviços, ante a urgência e necessidade do serviços dos médicos.**

Já no que diz respeito a outra irregularidade apontada pelo denunciante e acatada pela unidade técnica, diz respeito ao item 6.4.2.5 do edital, que limitou a apresentação de recursos na forma presencial, não aceitando a interposição de recursos por fax, correio eletrônico ou via postal.

Conforme narrado em algumas situações acima, trata-se de um modelo de edital de credenciamento, que diante da urgência pode ter passado despercebido algumas cláusulas que poderiam macular a contratação. Pois bem, de plano, afirma-se que tal cláusula poderia comprometer a realização do credenciamento, se ao menos um credenciado tivesse interposto recursos, ou tivesse realizado pedido de esclarecimento sobre o item e/ou reclamação, sendo que aí, estaríamos vislumbrando alguém tipo de prejuízo decorrente desta cláusula, que a princípio pode ser considerada uma cláusula restritiva, mas que no presente caso foi irrelevante e não causou prejuízos, sendo certo que não há necessidade de anular o presente certame em razão desta.

A doutrina e jurisprudência tem entendido que cláusulas constantes em editais, com potencialidade de causar restrição, mas que não causem prejuízo aos licitantes, não ensejam a anulação do certame. Veja um exemplo de um julgado que enfrentou a matéria de um caso onde havia uma cláusula errada, potencialmente restritiva, mas que não causou prejuízo à administração pública, estando certo que neste caso não há a necessidade de anular todo o procedimento.

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTAS DE PREÇOS. TRIBUTOS COMPUTADOS ERRONEAMENTE POR TODOS OS CONCORRENTES. IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, MEDIANTE O CÔMPUTO DOS TRIBUTOS DE FORMA CORRETA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À ADMINISTRAÇÃO OU A QUALQUER DAS LICITANTES. Não autoriza a anulação de concorrência o ato da Comissão de Licitação que, ao verificar que todas as propostas cotaram seus preços com os percentuais de tributos aplicados erradamente, escolheu o vício de todas, aplicando o percentual de tributos de forma correta, e identificado a melhor proposta. Sentença que concedeu a ordem, afirmando que todas as propostas deveriam ser desclassificadas. Reforma do julgado. Erro não relevante, sequer afirmado essencial no edital, e fruto do pandemônio de leis, que levou as concorrentes, todas, a pensar que pagariam alíquota de um Município, quando pagariam a de outro, mais alta. Procedimento administrativo legitimado pelo interesse público na continuidade de serviços essenciais ao exercício da função estatal, e pela ausência de prejuízo a à administração ou a qualquer das licitantes. Remessa necessária e apelações providas. Sentença reformada. (TRF-2 - AMS: 200051010290185 RJ 2000.51.01.029018-5, Relator: Desembargador Federal GUILHERME COUTO, Data de Julgamento: 22/10/2003, SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJU - Data::05/11/2003 - Página:229)

Por fim, a última irregularidade apontada na presente contratação, diz respeito à classificação das despesas em decorrência da contratação das pessoas físicas e/ou jurídicas para prestação dos serviços médicos.

Primeiramente cumpre esclarecer que este tipo de classificação, decorrente da contratação de serviços médicos sempre foi bastante discutido no âmbito da doutrina, dos Tribunais de Contas e dos Tribunais de Justiça.

O Manual de Demonstrativos Fiscais, 8ª ed., detalha as características essenciais da despesa com pessoal, na visão da Secretaria do Tesouro Nacional:

As despesas relativas à mão de obra, constantes dos contratos de terceirização, empregada em **atividade-fim da instituição ou inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo respectivo plano de cargos e salários do quadro de pessoal**, serão classificadas no grupo de despesa 3 – Outras Despesas Correntes, elemento de despesa 34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização. **Essas despesas devem ser incluídas no cálculo da despesa com pessoal por força do §1º do art. 18 da LRF.** O Elemento de Despesa 34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização é definido como “Despesas relativas à mão de obra, constantes dos contratos de terceirização, classificáveis no grupo de despesa 3 – Outras Despesas Correntes, em obediência ao disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000” “Despesas orçamentárias relativas à mão-de-obra constantes dos contratos de terceirização, de acordo com o art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, computadas para fins de limites da despesa total com pessoal previstos no art. 19 dessa Lei. **A LRF não faz referência a toda terceirização, mas apenas àquela que se relaciona à substituição de servidor ou de empregado público.** Assim, não são consideradas no bojo das despesas com pessoal as terceirizações que se destinem à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

a) **sejam acessórias, instrumentais ou complementares** aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade (atividades meio), na forma de regulamento, tais como: conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática – quando esta não for atividade-fim do órgão ou Entidade – coteiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações;

b) **não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal**

do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou seja, relativas a cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente;

c) não caracterizem relação direta de emprego como, por exemplo, estagiários.

A LRF, ao estabelecer um limite para as despesas com pessoal, definiu que uma parcela das receitas do ente público deveria ser direcionada a outras ações e, para evitar que, com a terceirização dos serviços, essa parcela de receitas ficasse comprometida com pessoal, estabeleceu, no § 1º do artigo 18, que os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos devem ser contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal". Da mesma forma, a parcela do pagamento referente à remuneração do pessoal que exerce a atividade fim do ente público, efetuado em decorrência da contratação de forma indireta, deverá ser incluída no total apurado para verificação dos limites de gastos com pessoal.

Do manual extrai-se noção bastante abrangente do que seria despesa com pessoal para a STN, nos termos da LRF. Em síntese, são despesas com pessoal:

1) despesas com força de trabalho recrutada a despeito do regime jurídico funcional e da validade da forma de contratação; 2) relativas a atividade-fim da instituição ou inerentes a categorias funcionais compreendidas no quadro de pessoal; 3) que não sejam acessórias, instrumentais ou complementares (atividade-meio); 4) e ainda que sejam referentes à contratação, de forma indireta, de serviços públicos relacionados à atividade fim do ente público, por meio de cooperativas, consórcios públicos, organizações da sociedade civil, empresas individuais ou formas assemelhadas.

Essa última afirmação, contudo, sofreu mitigação em decisão do Tribunal de Contas da União (TCU). O TCU entendeu que despesas com

contratos de gestão firmados com organizações sociais na área da saúde não são, a princípio, consideradas despesas com pessoal, na medida em que nem toda prestação complementar de serviço de saúde seria necessariamente terceirização. Assim:

SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL. COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DO SENADO. INFORMAÇÕES A RESPEITO DA POSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS POR ENTES PÚBLICOS NA ÁREA DE SAÚDE E DA FORMA DE CONTABILIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS A TÍTULO DE FOMENTO NOS LIMITES DE GASTOS DE PESSOAL PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR 101/2000 (LRF). ATENDIMENTO PARCIAL POR MEIO DO ACÓRDÃO 2057/2016 - TCU - PLENÁRIO. AUSÊNCIA DE DELIBERAÇÕES DO TCU QUE RECONHEÇAM COMO OBRIGATÓRIA A INCLUSÃO DE DESPESAS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO AOS LIMITES COM GASTOS DE PESSOAL. ENTENDIMENTO DO STF (ADI 1.923) CONFIRMANDO NÃO CONSISTIREM OS CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA. LEGISLAÇÃO QUE INCLUI NOS GASTOS COM PESSOAL APENAS DESPESAS COM CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA QUE SE REFIRAM A SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS E A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO. CONCLUSÃO DE QUE AS DESPESAS COM CONTRATOS DE GESTÃO NÃO DEVEM SER COMPUTADAS PARA FINALIDADE DO ART. 19 DA LRF. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RISCOS DA UTILIZAÇÃO ABUSIVA DO INSTRUMENTO. DISCRICIONARIEDADE DO CONGRESSO NACIONAL PARA LEGISLAR SOBRE A MATÉRIA. SOLICITAÇÃO ATENDIDA TOTALMENTE.

Nesse contexto, embora tenha sido excepcionada a figura do contrato de gestão, em regra, do cômputo da despesa com pessoal, pode-se concluir que, na União, outras formas de contratação indireta de profissionais de saúde em área substitutivas de mão de obra devem ser consideradas no cálculo da DTP. Importante esclarecer área substitutiva, ou seja que visa substituir vaga existente no plano de cargos do Município anteriormente ocupada por outro médico efetivo.

Outros Tribunais de Contas também seguem em direção semelhante. Especificamente sobre as contratações decorrentes dos credenciamentos, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) de Minas Gerais entendeu que as despesas com complementação dos serviços de saúde por prestadores privados devem ser consideradas despesas com pessoal quando inexistir o caráter complementar da contratação, se houver substituição de cargos ou caso haja a subordinação dos prestadores de serviço com a Administração. Assim:

CONSULTA - DESPESA COM PESSOAL - TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - MÉDICO - CONTABILIZAÇÃO DA DESPESA – EXISTÊNCIA NO QUADRO DE PESSOAL DO ÓRGÃO CONTRATANTE DE CARGO OU EMPREGO COM ATRIBUIÇÕES EQUIVALENTES OU SIMILARES - CÔMPUTO NA RUBRICA "OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL" (§ 1º DO ART. 18 DA LC N. 101/2000). 1) **Havendo cargo ou emprego público de caráter efetivo que encerre atribuições correspondentes ou razoavelmente similares às desempenhadas por profissionais ligados a empresas terceirizadas, devem ser os pagamentos correspondentes levados à conta de outras despesas com pessoal, nos termos do disposto no § 1º do art. 18, da Lei Complementar n. 101/2000, devendo ser computados na apuração da despesa total com pessoal dos municípios.** 2) Precedentes: Consultas n. 639004, 624786, 638893, 638235, 639681 e 640656. (Processo nº 808104. Conselheiro Sebastião Helvecio. 17.10.2012).

Há também, a título ilustrativo, posicionamento no Tribunal de Contas do Estado de Goiás registrado no Extrato de Ata nº 03/2017, da 3ª Sessão Técnico-Administrativa do TCM, realizada em 15/02/2017, que na ocasião, foi deliberado que as despesas com credenciamentos, indiscriminadamente, não seriam consideradas no cálculo da despesa com pessoal para efeito de emissão das certidões previstas no art. 25, § 1º, IV, c, da LRF, nem para efeito de apreciação e julgamento de contas. Transcreve-se trecho do documento:

3.1- Discussão acerca das despesas decorrentes de credenciamento dos profissionais da saúde que não computavam no índice de pessoal até dez/2016; situação essa alterada pelas IN's 07/16 e 01/17, que previu que tal despesas de credenciamentos decorrentes da substituição de pessoal constantes do quadro do Município devem entrar no cálculo da despesa de pessoal a partir de 2017.0 Senhor Presidente expos a matéria. A Dra. Monica Regina informou como o Tribunal vinha atuando. O Conselheiro Substituto Vasco Jambo sugeriu que o Tribunal continue aplicando a regra que vinha sendo utilizada, de não computar essas despesas como de pessoal. O Conselheiro Francisco Ramos demonstrou sua preocupação com os ajustes para atingirem os índices. O Conselheiro Nilo Resende defendeu a necessidade de revisão dos índices, pois a realidade atual é outra. O Conselheiro Valcenôr Braz defendeu que o município pode credenciar profissionais de saúde, mas que deve realizar concurso para funções auxiliares. O conselheiro Francisco Ramos sugeriu que o Tribunal considere as despesas no índice, mas que não seja motivo de irregularidade das contas. O Senhor Presidente ponderou que nesse caso haveria problema nas certidões. O Conselheiro Sebastiao Monteiro defendeu manter a regra, para evitar pressões. O Conselheiro Substituto Vasco Jambo sugeriu apontar no balancete, mas ressaltar na certidão. A Conselheira Maria Teresa demonstrou sua preocupação com as certidões. Colocado em votação, **o Plenário decidiu manter a forma de cálculo até então vigente, ou seja, não computar os credenciamentos nas despesas de pessoal.** (TCM-GO. Ata da 3ª Sessão Técnico-Administrativa, 15/02/2017);

Portanto a contabilização e classificação de despesas, decorrentes do credenciamento por inexigibilidade, para contratação de médicos em “outros serviços de terceiros pessoas jurídicas”, como é medida excepcional, devidamente justificada, visto que em regra deve ser realizado o concurso público, salvo melhor juízo pode ser na dotação orçamentária 202 e 203, que respectivamente são “outros serviços pessoas jurídicas” e “outros serviços pessoas físicas”.

CONCLUSÃO:

Por todo o exposto, uma vez justificada a legalidade e a necessidade da realização de contratação de médicos por meio do credenciamento

por inexigibilidade, estando preenchidos os principais requisitos precípuos desta modalidade, principalmente a inviabilidade da competição, visto que serão contratados todos os credenciados, sem exceção, o prazo determinado e a inexistência de vínculo empregatício com a Prefeitura, e tendo em vista que as demais irregularidades são meros vícios formais, devidamente justificados na fundamentação acima exposta, que não causam prejuízos para a realização da contratação, requer:

1 – Seja considerada improcedente a denúncia realizada pelo Sr. Douglas de Araújo Moraes, visto tratar-se de uma atitude temerária e contida de ódio político, que pode causar prejuízo a toda população de Campo do Meio-MG, tendo em vista que neste momento em que estamos passando, do caos relacionado a pandemia do COVID-19, qualquer quantidade de médicos é insuficiente para a população local.

2 – O seguimento na contratação dos médicos em benefício da população de Campo do Meio-Mg, visto tratar-se de medida excepcional e importantíssima para evitar evidente prejuízo ao interesse público local e desprestígio às políticas públicas do próprio Estado para com o Município de Campo do Meio-MG.

3 – Por fim, diante de todos os esclarecimentos apresentados, de forma objetiva, colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos que se tornarem necessários, dentro de nossa esfera de competência, no deslinde dos questionamentos apresentados através da denúncia em epígrafe.

Atenciosamente,

Gilvânio Rocha de Brito

Presidente Comissão Permanente de Licitação

Campo do Meio-MG